



O ENSINO DE FARMÁCIA NO BRASIL

Daiana Isabel Fritzen¹, Raquel Denise Petry², Sonia Aparecida da Costa Fengler³. UNIJUÍ

Foi na primeira metade do século XIX que iniciou oficialmente a formação de farmacêuticos no Brasil, ainda que, em anexo ao curso de Medicina. Pode-se dizer que o Ensino de Farmácia no Brasil é recente, pois práticas curativas como as que utilizavam as chamadas ervas medicinais são relatadas em populações que viveram a.C. e a profissão farmacêutica parece ter sido originada no Mundo Árabe ainda no século IX. Já no século XX, o Ensino de Farmácia no Brasil e consequentemente a profissão sofreram mudanças relevantes, o que não poderia ser tão surpreendente levando em consideração o contexto político, econômico e social tanto nos níveis nacional e mundial. Assim, vários aspectos ganham destaque como importantes fatores para tais mudanças. O surgimento da Indústria Farmacêutica e seu forte crescimento, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial marcam a industrialização do medicamento em detrimento da prática farmacêutica realizada até então. Nesta prática o farmacêutico era considerado um profissional essencial na preparação dos medicamentos e detentor do conhecimento sobre estes, lembrando que, nesta época, o Estado ainda não se via como responsável pela saúde da população brasileira. A passagem do Brasil de um país predominantemente agrário/rural para um país industrial/urbano transforma a sua economia e altera a relação da divisão do trabalho. É a partir daí que o Estado passa a dar importância à saúde dos seus trabalhadores, já que estes deveriam estar em condições adequadas para produzir a riqueza do país. Próximo ao período da Ditadura Militar, o ensino brasileiro adotou parâmetros educacionais norte-americanos através dos acordos MEC-USAID que, associado a outros fatos como o lançamento do Relatório Flexner acabaram por agregar aos Cursos de Farmácia e a outros cursos de saúde uma visão do ser humano extremamente fragmentada e tecnicista. Com isso, o farmacêutico deixa de se interessar pela comunidade onde atua, abandonando a prática social, pois não é mais ele que prepara os medicamentos. A partir daí surge a crença de que a população não necessita mais do saber farmacêutico e consequentemente de sua presença integral na farmácia (ou botica). Nesse contexto criam-se os estabelecimentos farmacêuticos denominados drogarias, fenômeno quase que exclusivo do Brasil. Desse modo, o farmacêutico acabou por conquistar outros campos de trabalho como a análises clínicas, a tecnologia de alimentos e, é claro, a indústria de medicamentos. Décadas depois com o processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) passa-se a requerer o trabalho de todos os profissionais de saúde constituindo equipes capazes de interagir com a comunidade o que também se evidencia na atuação do farmacêutico. Todas estas mudanças ocorridas na prática farmacêutica refletem-se nos Currículos dos cursos de Farmácia. Os currículos mínimos de 1962 e 1969 trazem aspectos marcantes como o tecnicismo, a fragmentação do ensino e a inclusão de componentes curriculares que atendessem às demandas de trabalho que, acreditava-se serem da prática farmacêutica, como por exemplo, os que se referem a formação em análises clínicas. Esse modelo de formação manteve-se até o final da década de 1980 e início de 1990, quando nacionalmente passou-se a rediscutir os currículos de Farmácia em eventos organizados por docentes, estudantes e profissionais interessados. Todas as reformulações efetuadas durante a década de 1990 e, já no início do século XXI acabam por culminar nas Diretrizes Curriculares Generalistas que,

¹ Acadêmica do Curso de Farmácia

² Mestre em Ciências Farmacêuticas, Professora Assistente do DCsa da Unijuí.

³ Mestre em Educação nas Ciências : Habilitação Psicologia (UNIJUI), Professora do Departamento de Filosofia e Psicologia.



mesmo depois de implantadas em todo o Brasil, sofrem inúmeras dificuldades para sua real implementação. O modelo antigo de formação acadêmica (que não é tão antigo assim – 1962/1969) impregnou-se tanto no Ensino de Farmácia no Brasil que até hoje não se consegue resgatar integralmente o trabalho do farmacêutico na comunidade de acordo com as novas ações em saúde que a população demanda e que as próprias diretrizes curriculares preconizam. Pode-se questionar: os docentes estão preparados para contribuir realmente na formação do farmacêutico generalista, já que, a grande maioria deles teve sua formação acadêmica dentro dos modelos anteriores? São justificáveis, portanto, os obstáculos que se encontram no processo de implementação do Currículo do Farmacêutico Generalista e, vale lembrar que os estudantes de Farmácia, de um modo geral, estão pouco inseridos nas discussões e reformulações dos currículos, tanto por desinteresse quanto por não terem consciência da relevância do tema. Dessa forma, aos docentes e às Instituições de Ensino Superior (IES) cabe o papel fundamental de abrir as portas à participação dos estudantes e da comunidade em geral, afinal, o que se discute é o futuro destes profissionais em formação e a saúde da população.